

Apresentação

Dossiê 2: História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadoras(es): experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos

As diversas e crescentes experiências descolonizantes registradas no Brasil e em outros países, especialmente a partir dos 1990 e 2000, motivaram a proposição, organização e realização deste dossiê, aqui apresentado em seu segundo volume. São práticas e vivências intra e extramuros da academia, as quais conduzem a novas abordagens, novos sujeitos e novos objetos no que se refere ao trabalho com história indígena ou etno-História e com indígenas historiadoras/es,¹ etnólogas/os, educadoras/es entre outras/os agentes sociais. As experiências gradualmente produzem mudanças de nuance neste campo interdisciplinar – e por vezes in-disciplinado – do conhecimento científico. As modificações registradas aqui, ali e acolá, sobretudo no Brasil profundo, permitem constatar a presença de diferentes versões da história, produzidas sob distintas perspectivas teórico-metodológicas, as quais se complementam e até mesmo se contradizem em face de olhares contextualizados, situados a partir de lugares até recentemente desconsiderados como se não possuíssem valor.

No tempo presente, com a renovação dos estudos ligados à história indígena lato sensu, não se trata mais de acadêmicos considerarem o “ponto de vista do nativo”, mas de percebê-los como protagonistas que se ocupam de diversas epistemologias recorrentes dentro e fora da academia. Neste contexto, cumpre registrar as próprias formas nativas de compreender o mundo e explicar os fenômenos que nele ocorrem, apresentando perspectivas até então “invisibilizadas” pelas várias formas de colonialismo que, apenas hoje, começam a se dissipar.

¹ Cumpre aqui, como dito no primeiro volume do Dossiê, fazer uma pequena digressão relativa à linguagem inclusiva de gênero adotada neste texto. Ocorre que o uso diferenciado da formulação dentro dos cânones formais da língua portuguesa segue a concordar como o masculino. Denota, pois, certa inversão de valores no campo da ciência, haja vista a necessidade da inclusão explícita de mulheres na ciência. Assim sendo, como gênero feminino é predominante e vem antes do masculino, quem sabe dessa maneira gradualmente se introduza modificações no fazer acadêmico e na divulgação de novos saberes científicos ao grande público.

As/os indígenas intelectuais aos poucos chegam à academia e, aliadas/os ou não a pesquisadoras/es não indígenas, realizam o bom debate científico, necessário ao fortalecimento de histórias que antes – quando contadas – muitas vezes eram desconsideradas nas narrativas das/os próprias/os protagonistas que se ouvia ou, ainda, que se tomava conhecimento por meio de fontes escritas e outras consideradas acadêmicas.

No presente Dossiê, associada/os autora/es indígenas Uwira Xakriabá (William César Lopes Domingues) e Eloy Terena (Luiz Henrique Eloy Amado) e, não indígenas, Jorge Eremites de Oliveira e Jane Felipe Beltrão, como organizadora/es, e as/os demais colegas indígenas e não indígenas que emprestaram seu conhecimento na condição de avaliadoras/es traz-se à lume mais um volume do Dossiê História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadoras/es: experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos.

A partir de um “diálogo que ensina” registrado no artigo ʘTǺ WORl – um diálogo entre conhecimento Tuyuka e arqueologia rupestre no baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil, produzido por Poani Higino Tenório Tuyuka (FOIRN/SEMEC) e Raoni Bernardo Maranhão Valle (UFOPA), trazem as/aos leitoras/es o relato preliminar sobre experiência relativa a trocas de conhecimento entre um Kiti Masigu (historiador) Tuyuka e um arqueólogo não-Indígena que juntos, em 2016, prospectaram, na estação seca um conjunto de sítios rupestres no baixo Rio Negro, no Amazonas. ʘtǺ Woritire, isto é, lugares sagrados com desenhos nas pedras, muitos dos quais também são Pamuri Wiseri (Casas de Transformação) são as denominações do conhecimento Tuyuka oferecida aos sítios referenciados anteriormente. O trabalho foi realizado em virtude de aproximação profícua de agenda relativa à pesquisa intercultural sobre o tema, a qual pode ser vista como exercício de descolonização da arqueologia rupestre na Amazônia.

Referindo um “passado que incomoda”, o artigo Capitão: a aplicação da indirect rule nos povos Kaiowá e Guarani, de Marco Antonio Delfino de Almeida (MPF) e Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD), apresentam o conceito de “indirect rule” ou governo indireto, aplicado às colônias forjadas pelos europeus que dominaram a África ao longo do século XIX. Os autores discutem a aplicação de regras semelhantes, pelo Estado brasileiro por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado no Brasil em 1910 e extinto em 1967. O tal governo indireto é resultado da imposição de um novo modelo de liderança que se materializou na figura do “capitão” a

quem, na condição de indígena, cabia impor, aos demais membros da comunidade, diretrizes emanadas pelo órgão tutelar. A autoridade do “capitão” imposto se sobrepôs às lideranças tradicionais e o fato produziu conflitos, pois desestruturou a organização social e política dos povos indígenas. A mudança só se opera aos poucos após a Constituição de 1988.

Na sequência, no artigo Povos indígenas, saúde e ditadura, Jane Felipe Beltrão (UFPA) analisa a saúde como referência para a compreensão da história dos povos indígenas. A autora tem como fonte principal os documentos arrolados no Relatório Figueiredo, de 1967, apontando como as atrocidades cometidas por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) permitem verificar a precária assistência prestada às pessoas indígenas no período ditatorial (1964-1985). No trabalho a autora destaca o genocídio praticado pela política indigenista que, pautada por uma “mentalidade empresarial”, liberou as terras indígenas para terceiros e produzindo o deslocamento e a dizimação de inúmeras etnias.

Relativo à política indígena, o dossiê conta com o trabalho Movimentos indígenas latino-americanos da segunda metade do século XX: reflexões comparativas sobre processos decoloniais no Brasil e na Colômbia, de Fernando Roque Fernandes (UFAM) e Mauricio Alejandro Diaz Uribe (UFES). De acordo com os autores, no contexto de crise política e econômica que se materializou em diversos países da América Latina, na segunda metade do século XX, os povos indígenas articularam estratégias particulares na luta por direitos sociais frente aos Estados nacionais que compreende um amplo processo histórico de mobilizações e demandas étnicas de âmbito nacional e internacional. Os eixos centrais das articulações políticas estiveram/estão diretamente relacionados ao reconhecimento das diferenças frente a processos de assimilação e integração, empreendidos no contexto dos colonialismos internos em face dos encontros interétnicos. Nas últimas décadas, tais processos se tornaram mais evidentes, a partir das emergências políticas e sociais na América Latina que de alguma forma foram reconhecidas constitucionalmente nos dois países pela pressão dos povos indígenas e seus aliados, embora ocorrida no âmbito de reformas econômicas e neoliberais.

Para “além das fronteiras ou barreiras impostas” pelo disciplinamento acadêmico e limites territoriais entre Estados nacionais, constam alguns dos estudos mais provocativos do presente dossiê.

O primeiro do conjunto pertence a lavra de Rafael Lemos de Souza (UFMS) e Jorge Eremites de Oliveira (UFPel) e discute a Etnoarqueologia e processo de

territorialização entre os Indígenas Wasusu do Vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. Os autores analisam criticamente o processo de territorialização vivenciado pelos indígenas Wasusu, um dos povos Nambikwara do vale do rio Guaporé, no estado brasileiro de Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XX. Tomam como ponto de partida o fato de que até os anos 50 do século XX a maior parte da região era habitada, quase que exclusivamente, por coletivos Nambikwara, cuja população total foi estimada em aproximadamente 20.000 indivíduos. Entre os anos 60 e 80 do século passado as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas foram expropriadas no contexto de uma política oficial destinada ao suposto desenvolvimento econômico do estado e da região brasileira chamada Amazônia Legal. A política implicou na abertura de malha viária com o objetivo de beneficiar empresas colonizadoras e agentes das elites locais, empreendimentos que atravessaram e se apropriaram ilegalmente do território de vários povos nativos, como é o caso dos Wasusu. Usando da etnoarqueologia – subcampo ou especialidade da arqueologia que mantém profícuas relações interdisciplinares com a etnologia e etno-história, dentre outras – os autores explicam a importância do estudo sobre o processo de territorialização como condição para compreender a cultura material dos Wasusu.

O texto *Fronteiras e políticas que atravessam a identidade e a sociabilidade indígena*”: uma análise acerca dos sentidos das migrações Palikur na fronteira Brasil-Guiana francesa, de Venâncio Guedes Pereira (UNIFAP) e Carmentilla das Chagas Martins (UNIFAP) que discute a sociabilidade do povo Palikur, habitante da fronteira franco-brasileira tomando as concepções de identidade e fronteira étnica, demonstram como os indígenas sofreram ao lidar com as políticas dos estados brasileiro e francês após o Laudo Suíço de 1900, pois foram obrigados a conviver com fronteiras impostas por não indígenas, as quais reverberam sobre a sociabilidade, a qual mantém a identidade étnica mas para adaptarem-se à fronteira geopolítica utilizam nos processos de deslocamento migratório das identidades francesa e brasileira.

Expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI, de João Filipe Domingues Brasil (Universidade Salgado de Oliveira), tem como proposta central analisar as expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI, contribuindo sobremaneira para a compreensão da história dos povos indígenas da região em contexto ampliado, correlacionado

à região platina frente às ações dos invasores europeus. O trabalho ancora-se em um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e em fontes primárias e secundárias, como os relatos feitos pelos expedicionários Ulrico Schmidl e Álgar Núñez Cabeza de Vaca, examinados à luz da etno-história.

O último trabalho relacionado às fronteiras ou barreiras, intitula-se A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará: segunda metade do século XVIII (1750-1765), de Décio Alencar Guzmán e Leonardo Raiol Junior, trata do contexto histórico amazônico e suas nuances fundamentados pela promulgação de leis que regulavam a liberdade indígena, caso Lei de Liberdade dos Índios, publicada em 1755, e a Lei do Diretório dos Índios, decretada em 1957. Os autores destacam estratégias, mobilidades (compreendendo a dinâmica do trabalho) e as articulações indígenas apontando o protagonismo dos mesmos em algumas vilas ou aldeias que constituíam a Capitania do Grão-Pará, no período compreendido entre 1750 a 1765.

Em busca de “revelar a tradição” entre os povos indígenas, o dossiê conta com mais três trabalhos.

Os últimos falantes da língua Baré, de Ademar dos Santos Lima (UEA), Silvana Andrade Martins (UEA) e Jéssica Nayara Cruz Pedrosa (UEA), tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisa sobre os últimos falantes da língua Baré no estado do Amazonas. Trata-se de um estudo sobre a “língua em memória” dos Baré mais idosos que, nos anos 90 do século XX, ainda lembravam do vocabulário da língua materna. Utilizando de metodologia quali-quantitativa compreendendo pesquisa de campo (realizada em 2017) e de comparações léxico-estatísticas, com entrevista focalizada com interlocutores de mais de 70 anos, o estudo constatou que os Baré mais idosos ainda guardam na memória palavras de sua primeira língua, filiada à família linguística Aruawak, do ramo Maipure do Norte. Entretanto apesar de lembrarem palavras que integram o vocabulário da língua, não conseguem formar frases ou sentenças, dominam apenas palavras soltas, pois ao incorporarem o Nheengatu o idioma baré deixou de ser fluente e foi “desaparecendo.

Luciano Araújo Monteiro (UNIFESP) traz ao conjunto de textos, ora apresentada, Os Terena na História artigo no qual avalia o livro A História do Povo Terena que contextualiza as lutas dos Terena para, exercitando sua autodeterminação, organizam o processo educacional assegurando livro didático que informa adequadamente, quem são, onde vivem e que percurso tomaram até os dias atuais, para que as gerações escolares tenham informações corretas sobre o cenário de luta pelos direitos, hoje,

assegurados constitucionalmente. Se por um lado a ação terena põe a público a ineficiência das políticas públicas, por outro demonstra que a resistência continua viva.

Em “Jure”: a educação do corpo e a expressão da identidade Bororo na dança, de Félix Rondon Adugoenau (CEE/MT0), Beleni Saléte Grando (UFMS), Neide da Silva Campos (SEDUC-MT) e Sueli de Fátima Xavier Ribeiro (SME-Cuiabá-MT), há considerações sobre uma manifestação da cultura e identidade do povo Bororo que diz respeito à educação do corpo a qual se materializa na dança e no brincar, os quais possibilitam a compreensão de diferentes sentidos e significados, no que se refere à cosmologia, à língua nativa, aos rituais, à complexa estrutura social e às formas de constituir identidades individuais e coletivas. Trabalho realizado em diálogo com o contexto sociocultural e histórico de Meruri, em Mato Grosso.

Por último, mas nem por isso menos importante, consta o artigo Assimetrias entrelaçadas: sobre o “complexo hierárquico” Eyiguayegui-Guaná, de Gabriela de Carvalho Freire (USP) que propõe, desafiando as/os leitores, que a compreensão das relações assimétricas, encontradas nas fontes históricas devem ser lidas, tanto em paralelo com a produção atual da etnologia americanista, quanto com o concurso crítico de indígenas intelectuais ou não de origem Kadiwéu, Terena e Kinikinau, descendentes dos antigos Eyiguayegui e Guaná ou Chané.

No artigo, a autora repensa as “relações hierárquicas” a partir de fontes históricas produzidas, desde o século XVI, no Gran Chaco, analisa os relatos produzidos por missionários, viajantes e exploradores, além de literatura etnológica pertinente, procurando demonstrar as contradições presentes na utilização de termos como “servidão” e “hierarquia”, encontradas em grande parte da bibliografia sobre os povos Eyiguayegui e Guaná ou Chané. A autora traz a sua análise a origem dos etnônimos utilizados na literatura e sua interminável mutabilidade; as maneiras registradas nas fontes históricas e estudos antropológicos para delimitar os “grupos” chaquenhos; as relações entabuladas por essas populações; os conceitos de simbiose e a noção de “servidão”, associados às descrições desse “complexo hierárquico”.

O Dossiê se completa com as trajetórias de algumas das pessoas indígenas que alcançaram o ensino superior a partir de políticas afirmativas. Luana da Silva Cardoso, Kamaruara, mestranda em Antropologia Social, nos apresenta a luta das indígenas mulheres dos rios Tapajós e Arapiuns, apontando um cotidiano de exploração a ser superado com luta renida. Gilberto Pires, de pertença Ejiwajegi (Kadiwéu), encontra-se no mestrado completando sua formação como antropólogo, narra em detalhe a

luta para formar-se e atuar como professor entre os estudantes de seu povo. Virgínia Braga Fonseca, Arapasso, desce do Rio Negro até a foz do Amazonas e conta sua saga em Belém, onde se encontra terminando a graduação em Administração, uma longa caminhada que passa pelo noviciado na Congregação Salesiana em São Paulo.

Os Escritos Indígenas dão visibilidade ao combate sem trégua dos povos indígenas por direitos étnicos e, dentro das edições da Tellus, eles se constituem em depoimentos historicamente marcados pelo racismo e pela discriminação. Os guerreiros/as deste e dos demais números da Revista merecem nossos aplausos pela ousadia e coragem de escrever suas denúncias. Quiçá os não indígenas aprendam com os escritoras/es indígenas a lutar pela educação, pois a luta é de todas/os.

Como organizadora/es estamos satisfeita/os com os resultados alcançados, mas temos a convicção que, os dois volumes do Dossiê, apenas alimentam a vontade de interagir mais e melhor com os povos indígenas e trabalhar de forma mais profunda para a renovação da História Indígena, pois muito há por escrever e outro tanto por revisar o escrito, afinal precisamos de muitas versões para melhor discutir nos espaços acadêmicos e não acadêmicos.

*Jane Felipe Beltrão
Jorge Eremites de Oliveira
Luiz Henrique Eloy Amado
William César Lopes Domingues
Organizadores do Dossiê*